

Força dos centristas será testada amanhã

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Vai sair fútsca na Assembléa Nacional Constituinte, amanhã. Quando o deputado Ulysses Guimarães abrir aquela que será a primeira sessão plenária, receberá duas questões de ordem. Uma, provavelmente do líder do governo, Carlos Sant'Anna, contestando a solução, dada pelo parlamentar paulista na semana passada, de fazer funcionar simultaneamente a Comissão de Sistematização e o plenário, com este recebendo parceladamente os títulos e capítulos votados naquela. Para Sant'Anna, trata-se de uma impropriedade e de uma violação da Emenda Constitucional 28, que convocou a Assembléa Nacional Constituinte. Afinal, o projeto de nova Constituição teria de chegar por inteiro ao plenário, para então começar a ser discutido em partes. O líder do governo, escudado em parecer de diversos juristas, pretende que o plenário não se reúna até que a Comissão de Sistematização conclua seus trabalhos ou, então, reconheça a impossibilidade de cumprir os novos prazos. Com isso o projeto Bernardo Cabral poderia não entrar em discussão, ficando para a maioria dos constituintes, pelo voto, a discussão sobre o que fazer.

A segunda questão de ordem acopiar-se-á à primeira. O grupo parlamentar de centro, dizendo contar com cerca de 300 deputados e senadores, pretende obter de Ulysses Guimarães que ponha em votação projeto de resolução alterando o regimento interno, de modo a poder ser apresentado um novo projeto de Constituição, em bloco, que o plenário começaria a votar. Esse texto estava recebendo os últimos retoques, ontem, em São Paulo, pelas mãos do consultor geral da República, Saulo Ramos, e de diversos juristas, entre eles Miguel Reale, Ives Gandra e Celso Bastos.

Ulysses Guimarães não saiu de Brasília, nos feriados, e parece disposto a não aceitar nenhuma das duas questões de ordem. Afinal, foi dele a decisão de permitir reuniões simultâneas da Comissão de Sistematização e do plenário. Junto com Fernando Henrique Cardoso, Severo Gomes e outros parlamentares a ele ligados, decidiu o presidente da Constituinte e do PMDB que não acolherá as duas manifestações destinadas a afastar o projeto Bernardo Cabral dos debates. Sustentará que as reuniões simultâneas são regimentais e legítimas, representando a única solução para o impasse, criado com a perda dos prazos pela Comissão de Sistematização. Imagina-se que, nesse caso, o líder do governo solicite de Ulysses a transferência da decisão para o plenário. Se ele não deixar, simplesmente desconsiderando a questão de ordem, há quem suponha um recurso ao Supremo Tribunal Federal, senão por parte de Carlos Sant'Anna ao menos por iniciativa de algum parlamentar a ele ligado, talvez Expedito Machado. A questão enrolaria mais

ainda, nessa hipótese, pois se a mais alta corte de Justiça do País pode julgar atos da Assembléa Nacional Constituinte, esta, por sua vez, detém a prerrogativa de allerar as estruturas do Poder Judiciário. Quem cumpriria um possível acórdão do Supremo Tribunal Federal rejeitado pela Assembléa Nacional Constituinte, a não ser um oficial de justiça instalado num Urutu?

Quanto à iniciativa do chamado "centrão" de apresentar um projeto alternativo ao de Bernardo Cabral, se vier a ser rejeitada por Ulysses Guimarães, determinará a obstrução dos trabalhos pelos integrantes do grupo. Se eles forem mesmo 300 e se estiverem mobilizados amanhã, terão condições de embargar o fluxo das reuniões plenárias. Os resultados seriam desastrosos para os planos de Ulysses, que deseja ver a nova Constituição promulgada até o final de dezembro.

De tudo, e do mais que possa surgir nas próximas horas, conclui-se estarmos próximos do confronto, senão do impasse, entre as forças constituintes. Não é apenas o parlamentarismo recém-aprovado na Comissão de Sistematização que divide senadores e deputados. O racha acontece em função dos títulos e capítulos já aprovados pelos "sistemalizadores", considerados líricos, íntegros e capazes de paralisar a economia nacional.

O problema está em que o "centrão" perdeu tempo e custou a agir. Cruzou os braços quando a Assembléa começou a trabalhar sem um anteprojeto e desinteressou-se das articulações para a composição da Comissão de Sistematização, onde as esquerdas predominam. Depois, nos trabalhos das 24 subcomissões e das oito comissões temáticas, também não reagiu. O resultado foi o projeto Bernardo Cabral, em suas diversas formas.

Tempo ainda há, é claro, para fazer reverter aventuras e fantasias, sejam ou não os debates centralizados em torno do texto do relator ou de um substitutivo. Só que, agora, o processo ficou mais curto e mais traumático. Muito próximo de um desfecho inusitado e desconhecido. Também, acreditou quem quis nessa armação limitada de despautérios. Primeiro, porque não era para se convocar uma Assembléa Nacional Constituinte, já que inexistiu a ruptura do regime anterior. O poder constituinte derivado que todos os Congressos possuem teria bastado para ampla reforma na Constituição de 1987, logo depois da instalação da Nova República. Depois, porque se fosse mesmo para convocar uma Assembléa Nacional Constituinte, ela teria de ter sido convocada de verdade. Sem superposição (parece o exercício da moda) com o Congresso, malandragem que deputados e senadores aprovaram para garantir seus mandatos e assegurar a continuidade das instituições que lhes interessam. Plantaram. Agora, devem colher... C.C.

Fascistas ou comunistas?

Só no fascismo ou no comunismo as críticas são proibidas. Em que extremo desses devem ser classificados os constituintes que, nos últimos dias, têm verberado apopleticamente os comentários da imprensa a respeito do parlamentarismo adotado pela Comissão de Sistematização? Tanto faz, mas de um dos dois rótulos eles não escapam. Demonstram não estar preparados para viver uma democracia, quanto mais para construir novas instituições democráticas. Só porque os jornais rotularam o novo sistema de governo de desastre, ou alertaram para o caos que fatalmente advirá com sua implantação, determinados deputados, deputadas e senadores saem de chicote na mão, distribuindo golpes a torto e a direito e, pior ainda, prometendo acabar com a liberdade de imprensa. Querem, ou melhor, exigem, que os meios de comunicação fiquem ao dispor de suas idéias, sem analisar, alertar ou criticar.

piamente na promessa, tanto que já fez alguns pedidos para preenchimento de cargos de segundo escalão no ministério.

Andar

Era quase meia-noite de domingo quando o senador Mário Covas chegou a Brasília. Esperado por um grupo de parlamentares, no aeroporto, alertou para as recomendações médicas, que vai procurar cumprir inflexivelmente: deve andar pelo menos quatro quilômetros por dia, todas as manhãs, bem como fazer rotineiros exercícios respiratórios. Por isso, foi logo marcando reunião dos vice-líderes para as duas da tarde de ontem. Nada de reuniões às sete da manhã, como costumava fazer antes de submeter-se à operação no coração.

Pedem para pedir

Engenhosa fórmula foi acertada no final de semana pelo novo ministro do Desenvolvimento Urbano, Prisco Viana. Precitando atender Moreira Franco, já que com a saída de Raphael de Almeida Magalhães o Rio de Janeiro perdeu seu único ministro, auxiliares palacianos pedirão ao governador fluminense para pedir ao presidente Sarney a permanência e efetivação de Maurício Viotti na Caixa Econômica Federal, que passaria a fazer parte da conta daquele estado. Ao mesmo tempo, o atual diretor Santos Filho, ex-deputado e pertencente ao PFL, assumiria a vice-presidência de operações. Resta saber se Moreira Franco cairá na armadilha.

Entendidos

Marco Maciel e Carlos Chitarrini estiveram sábado à noite na festa de aniversário do novo ministro da Educação, Hugo Napoleão. Com isso, desfizeram versões de estarem rompidos com ele, por terem faltado à solenidade de sua posse.

Por falar no novo ministro: Napoleão telefonou ao governador do Piauí, Alberto Silva, seu governador, dizendo que no MEC não haverá questões regionais nem divergências. O importante é trabalhar pelo País e pelo seu estado natal. Alberto Silva ficou satisfeito, mas acreditou